Socialismo ou Barbárie

Tendência do

Boletim Mensal Nº 4 | Agosto – Setembro . | Contribuição : R$ 2,00

Nas eleições de outubro:

JUSTIÇA ELEITORAL

Apoiamos as candidaturas socialistas e revolucionárias

27 anos da queda do Muro de Berlim

Olimpíadas para além do esporte

Unificar a esquerda nas lutas e nas eleições para superar ofensiva patronal

Resolver a atual crise política através do impeachment de Dilma e da imposição definitiva de Michel Temer (PMDB) à frente do governo federal é pré-condição para que o conjunto do pacote neoliberal possa se estabelecer. Mas, a classe dominante apenas poderá avançar em sua política após inevitáveis enfrentamentos de rua que ocorrerão no próximo período.

Os próximos enfrentamentos da luta de classes, devido ao predomínio da direção burocrática da ampla maioria das organizações sindicais, populares e estudantis, serão marcados por atrasos, divisões e descontinuidade da luta contra os terríveis ataques que já estão em curso. Além disso, a esquerda apenas está dando os seus primeiros passos no sentido de criar as mínimas condições - o que se traduz em um processo de unificação política e sindical urgente - para disputar com a burocracia a direção de setores mais amplos, o que traz dificuldades extras para disputar com a burocracia a influência dos trabalhadores e da juventude.

Mas os trabalhadores e a juventude não estão derrotados e, apesar do nefasto papel que cumpre a burocracia em desmobilizar, a classe ao darem conta dos terríveis ataques em curso partirão para o enfrentamento com o governo e os patrões, isso foi o que demostrou o massivo Ato em São Paulo no dia 31 de julho. Atividade essa convocada pela Frente Povo Sem Medo e que contou com mais de 30 mil pessoas animadas pelo eixo político de Fora Temer, Nenhum Direito e que o Povo Decida.

Apesar da batalha decisiva para determinar o desfecho final para a crise orgânica na qual estamos inseridos ser o terreno da luta de classes, as eleições de outubro serão um momento importante de calibragem da conjuntura política nacional. Após a ofensiva reacionária para desalojar Dilma/PT do governo federal as eleições de outubro será o primeiro teste de política eleitoral - e mesmo de política em geral - para medir a capacidade que o novo arranjo político tem em levar adiante os seus desígnios. Pois sinalizarão a capacidade do atual arranjo governamental (composto pela oligarquia política e pelo capital financeiro) de impor ataques aos trabalhadores e a juventude, como a terrível asfixia do financiamento da saúde e educação, da contrarreforma da previdência e da precarização generalizada da força de trabalho, do sistema de saúde e educação.

As eleições também medirão a real dimensão do desgaste político do PT e a capacidade do PSOL em ocupar parte do espaço eleitoral de massa que está sendo aberto com a crise petista. A nosso ver, nas eleições de outubro podemos avançar eleitoralmente, conquistar prefeituras e ampliar a bancada de vereadores, mas para ocupar esses espaços de forma socialista não podemos assumir táticas oportunistas ao custo de não nos apresentarmos como alternativa real para os trabalhadores.

A partir de uma concepção de que a campanha, a eleição e a gestão das cidades devem estar diretamente a serviço da luta da classe trabalhadora e da juventude, é necessário que o conjunto da esquerda cerre fileiras. Nesse contexto de desafios e possiblidades, infelizmente o PSTU definiu uma linha eleitoral totalmente sectária ao não privilegiar alianças eleitorais no campo da esquerda socialista, o que, somado a uma série de outros equívocos, custou a dissidência de quase que a metade desse partido. Por outro lado, os companheiros que romperam com essa organização e estão se organizando em torno do MAIS (Movimento por uma alternativa independente socialista) apresentam uma perspectiva que indica a ruptura com o sectarismo e a autoproclamação.

Pensamos que o movimento de ruptura com o sectarismo e com a autoproclamação que fazem esses e outros companheiros precisa ser revertido na mais ampla batalha para superar a dispersão da esquerda nessas eleições. O que em outras palavras significa lutar a morte pela construção da Frentes da Esquerda Socialista em todos os municípios onde estejamos presentes com o objetivo de colocar de pé campanhas ligadas as lutas em curso – que tenham como eixo o Fora Temer, a defesa dos direitos e as Eleições Gerais para que o povo decida - para disputar pela esquerda o espaço que está sendo deixado pelo PT.

As possibilidades eleitorais do PSOL

Nossas candidaturas devem estar a serviço da luta

Por Antonio Soler

Nas eleições de outubro o PT sofrerá significativas perdas. Estima-se que das atuais 800 prefeituras desse partido, após outubro esse número será reduzido a algo em torno a 200. Não perderá apenas em quantidade de cidades que administra, mas também eleitores e espaço entre as médias e grandes cidades. Sabemos que para nada está decretada a morte definitiva desse partido, pois ainda dispõe de grandes bancadas parlamentares, de uma gigantesca máquina sindical e de Lula que, apesar do desgaste político devido ao impeachment e a operação Lava Jato, é um importante cabo eleitoral e figura a frente nas pesquisas de intenção de voto para 2018.

Estamos em uma situação intermediária, na qual o PT começa a deixar o monopólio da representação eleitoral da classe trabalhadora. No entanto, outra representação partidária que ocupe de forma acachapante esse espaço eleitoral e político entre amplas massas não é ainda uma realidade para as próximas eleições.

Pesquisas eleitorais em capitais importantes colocam os candidatos do PSOL entre os primeiros colocados e com boas chances de disputar o segundo turno das eleições em outubro. Esse é o caso de Porto Alegre, Florianópolis, São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, Salvador, Fortaleza e Rio Grande do Norte. Além das capitais também tem boas chances em cidades médias como Friburgo, Niterói, Sorocaba e Santarém. Além da possibilidade de eleger prefeitos em capitais ou cidades importantes do Rio de Janeiro, Paraná e São Paulo, o PSOL pode ampliar muito sua bancada de vereadores por todo o pais, credenciando-se para a disputa nacional e estadual que ocorrerá em 2018.

O problema sobre o qual queremos nos debruçar nestes artigo é com qual perfil político, arco de alianças e critério de financiamento o partido irá se apresentar nesse processo?

Na Resolução Eleitoral, votada pela Direção Nacional do PSOL, lemos que o PSOL quer se apresentar como "polo aglutinador de todos os eleitores progressistas do país, que não comungam com o retrocesso de direitos, que combatem o ajuste fiscal e enfrentam as ações da direita cotidianamente".

Com essa resolução, na qual voltou a maioria da direção do PSOL, permite-se que o partido faça alianças com todo o leque de pequenos partidos burgueses: PDT, PSB, PCdoB, PV, PPL e Rede. Alguns desses partidos têm uma imensa lista corrida de serviços sujos prestados à classe dominante e outros - como a Rede - além de serem abertamente capitalista, apesar de recentes no cenário nacional, já demonstraram a sua total lealdade aos patrões.

Eleger prefeitos ou bancadas mais expressivas de vereadores em capitais importantes irá credenciar o partido para a disputa eleitoral em 2018 e criar as condições para ampliar a bancada de deputados estaduais e federais e, quem sabe, até algum governador.

Essa resolução da maioria da direção do PSOL cruza a linha política de independência de classe e, se não for corrigida, pode levar o PSOL a trajetória percorrida pelo PT a partir da década de 1990. Trajetória essa marcada pelo abandono do programa socialista, pela adoção de alianças com partidos da ordem e pelo financiamento patronal. O resultado dessa estratégia petista todos conhecem...

Apesar do crescimento eleitoral que o PSOL terá nas próximas eleições, ocupar o espaço petista de forma a chegar a ser um partido socialista de massas, não depende apenas de táticas eleitorais, mas sim da dinâmica da luta de classes e do desenvolvimento da consciência política de setores mais amplos dos trabalhadores.

A questão objetiva aqui é como o PSOL pode se credenciar para ocupar o espaço político deixado pelo PT sem repetir o caminho oportunista deste. O que seria, certamente, um playback farsesco de uma tragédia já conhecida e que não queremos repetir.

Um debate com a posição do MES

Evidentemente que falamos do ponto de vista daqueles que querem que o PSOL se constitua como um partido que amplie sua influência política sobre a classe trabalhadora e juventude a partir de um corte claramente classista, anticapitalista, socialista e democrático.

Infelizmente, junto com a corrente majoritária no PSOL, a US (Unidade Socialista), também votou a favor dessa resolução eleitoral os companheiros do MES (Movimento Esquerda Socialista), corrente interna do PSOL que se coloca a esquerda do

partido. Uma pista importante para entender porque os companheiros votaram com a linha oportunista da direção majoritária do PSOL está no texto *REPETIR O PT? Acerca da política de alianças,* sobre o qual vamos fazer rápidos apontamentos.

Os companheiros do MES tentam justificar sua política de aliança eleitoral em Porto Alegre com a REDE a partir de considerar que a Lei da Mordaça, para inviabilizar o crescimento do PSOL, desobriga as emissoras de TV de convidarem para os debates eleitorais os partidos que tem bancada inferior a 9 parlamentares no Congresso Nacional. Concordamos com os companheiros que é necessário combater essa lei de todas as formas, nas ruas, no legislativo e com "manobras", mas não com todas as conclusões políticas que chegam.

Em relação à formulação genérica de que "precisamos localizar os temas táticos em sua dimensão estratégica, sob pena de incorrermos em equívocos, no mínimo, apressados", temos acordo. No entanto, não podemos desconhecer que existe uma relação entre tática e estratégia no sentido que a primeira não pode entrar em contradição com a segunda e vice-versa.

Leon Trotsky, teórico e militante marxista com o qual consideramos de forma comum uma importante referência de linha revolucionária, criticou sistematicamente o stalinismo por ter como única estratégia a defesa do próprio poder e por transformar as manobras e a "flexibilidade tática" no princípio básico da política marxista. No marxismo de Lenin, Trotsky e outros grandes clássicos não há separação estanque ou mecânica entre tática e estratégia (a tática sempre esteve a serviço da estratégia), muito menos em relação ao tema da participação nas eleições burguesas.

A tática de frente classista - eleitoral ou não - deve fortalecer a posição dos trabalhadores, a mobilização e contribui para o fortalecimento da posição da vanguarda operária contra o capital. As táticas constituem-se como necessidades práticas dos tra-

balhadores contra os capitalistas na luta sindical, política ou mesmo dentro do parlamento. Negar-se a realizá-las quando isso pode significar um ponto de apoio na luta direta ou um avanço para na consciência políticas dos trabalhadores - como tem feito o PSTU nos últimos processos eleitorais - não passa de infantilismo político.

Mesmo atuando no sentido da disputa do parlamento, uma frente classista insiste permanentemente que o âmbito político fundamental - onde as questões são resolvidas - é o do extraparlamentar. Ou seja, o da luta de classes. Ao contrário, as frentes populares só servem para criar ilusões de que através do voto se pode resolver problemas fundamentais dos trabalhadores ou mesmo obter alguma conquista significativa sem que a classe seja protagonista.

Para os companheiros do MES, o principal problema do PT não foi fazer aliança eleitoral com partidos burgueses, mas sim "após o balanço da derrota de 1989, a direção nacional do PT começou a operar uma mudança na natureza de classe das tarefas, da direção e do programa do partido".

Nos escritos sobre a França, Trotsky esclarece a participação política dos bolcheviques no parlamento ocorria em alguns casos em aliança os Socialistas Revolucionários (partido camponês radical). Ou seja, nada a ver com alguma com "um conglomerado de organizações heterogêneas, uma aliança duradoura de classes diferentes ligadas para todo um período (...) por uma política e um programa comum". Ou seja, para ele uma aliança com setores burgueses ou pró-burgueses só pode enfraquecer a disposição de luta, criando ilusões parlamentares.

Essas alianças nunca são favoráveis para os trabalhadores, sempre predominam o programa e os interesses dos capitalistas, pois anulam o programa de transformação radical e fortalecem os preconceitos parlamentares no sentido de que os problemas dos trabalhadores podem ser resolvidos sem a ação direta das massas.

Para justificar teórica e politicamente essa perspectiva, os companheiros recorrem também ao texto *Nenhum compromisso,* de Lenin. Citam Lenin para dizer que as táticas de manobras, acordos e compromissos com outros partidos, "inclusive os partidos burgueses" sempre fizeram parte da perspectiva revolucionária.

Precisamos verificar o critério leninista - do qual também compartilhamos - em todo seu contorno para não cairmos em falsas polêmicas sobre a nossa tradição e, principalmente, para que nossas táticas eleitorais, visando as melhores condições para a disputa das prefeituras, não estejam em desacordo com a estratégia de conquistar prefeituras para que estejam a serviço da luta das massas.

A objetivo do MES, apresentado nesse texto, é "experimentar uma fatia

de poder local, como trincheira de esperança, mobilização e exemplo e é possível justamente 'não repetir o PT'. Não se trata de uma revolução social, na qual só se pode contar com as forças definidas claramente por ela, para combater quem está contra."

Querem fazer crer que a tática dos bolcheviques aplicada às organizações reformistas na Rússia em 1917 é paralela a que estão propondo hoje. Segundo os companheiros, esse "é o caso concreto da Rede, um partido que não se define como classista, que tem vasos comunicantes com a burguesia, que vacila, como a classe média que ele representa, está entre as vozes da conservação e vozes que querem mudança."

Lenin, em *Sobre os compromissos,* coloca que um partido (ou corrente) revolucionário não pode abrir mão de manobras para atingir os seus objetivos, mas deve ao mesmo tempo "permanecer fiel, através de todos os compromissos, na medida em que eles são inevitáveis, aos seus princípios, à sua classe, à sua missão revolucionária, à sua tarefa de preparação da revolução e de educação das massas do povo para a vitória da revolução"

Ou seja, não se trata de achar que se pode "experimentar uma fatia de poder local" de forma revolucionária sem se preparar seriamente para os inevitáveis confrontos que esse exercício terá com os interesses da classe dominante. Isso sim, em nossa opinião, seria de uma ingenuidade total. Vide o caso recente de Macapá (Amapá) no qual a gestão do PSOL à frente dessa capital acabou sendo agente da repressão à greve dos funcionários públicos da cidade, o que criou uma crise que acabou com a saída de Clécio Luis (prefeito da cidade) do PSOL e filiação na REDE.

É necessário outro rumo

Precisamos sim trabalhar com todas as táticas possíveis para disputar as prefeituras, mas abrir mão do critério de que esse exercício deve servir para avançarmos no processo de mobilização e avanço da consciência da classe é abandonar a estratégia socialista revolucionária. Transmitir a ideia de que se pode administrar uma cidade do ponto de vista socialista sem enfrentar os interesses da classe dominante é estar totalmente despreparado para os inevitáveis conflitos que enfrentaremos ao eleger prefeitos em qualquer cidade, Porto Alegre, Natal, Sorocaba ou Rio de Janeiro.

Não queremos menosprezar a questão da necessidade de lutar contra a Lei da Mordaça que dificulta a presença do PSOL na campanha eleitoral e nos debates na TV. Mas, podemos a partir da grande popularidade que temos em Porto Alegra, Rio de Janeiro, Natal e Belém construir uma mobilização de base que quebre essa barreira para o partido atingir o conjunto da população dessas cidades. Assim podemos desenvolver um processo educativo, no qual setores dos trabalhadores e da juventude colocarão em pratica a independência de classes. Já, a proposta de aliança com partidos burgueses, como quer a maioria da direção do PSOL e o MES, vai no sentido totalmente oposto.

Estamos em uma conjuntura marcada pela ofensiva burguesa, pelo alto índice de desemprego e arrocho salarial e desarticulação dos meios políticos (partidos e sindicatos) que possam organizar uma contraofensiva à altura dos desafios que estão postos. Nessa conjuntura, eleger prefeito(a) em alguma cidade nos colocará imediatamente diante de duras escolhas políticas: conceder a reposição das perdas do funcionalismo público ou pagar a dívida do município com as empreiteiras, aumentar o preço das passagens ou avançar no sentido da tarifa zero, ceder a especulação imobiliária ou apoiar um grande movimento de moradia para ocupar o solo urbano de acordo com os interesses da população trabalhadora, governar com a população através de conselhos populares ou ceder aos lobby dos capitalistas organizados nas Câmaras de Vereadores?

Para nós, a resposta do PSOL não pode ser outra senão a que nos coloque do lado das demandas dos trabalhadores e da juventude, o que significará inevitavelmente uma guerra com os capitalistas e com a institucionalidade burguesa. Estamos diante da possibilidade enquanto partido de protagonizar junto com a setores amplos da classe trabalhadora e da juventude um processo de luta - mesmo que ainda local - que pode fazer avançar qualitativamente a organização e consciência anticapitalista. Por isso, essa polêmica com os companheiros do MES não se pretende um exercício estéril, a encaramos com uma polêmica necessária para aproveitar as possibilidades que se descortinam sem que repitamos desastres políticos como os de Macapá.

Notas:

1- http://www.psol50.org.br/blog/2016/08/01/diretorio-nacional-do-psol-define-politica-de-aliancas-com-candidatura-propria-em-25-capitais/
2-http://esquerdasocialista.com.br/repetir-o-pt-acerca-da-politica-de-aliancas/
3-Idem.
4-http://esquerdasocialista.com.br/repetir-o-pt-acerca-da-politica-de-aliancas/
5-Leon Trotsky. Aonde vai a França? Ed Desafio, 1994, p. 134.http://esquerdasocialista.com.br/repetir-o-pt-acerca-da-politica-de-aliancas/
6-Idem.
7- V.I.Lénini. Obras Escolhidas. Tomo 2. Sobre os compromissos. Edições Avante, Lisboa, 1981, p 155.

Olimpíadas para além do esporte

Martin Camacho

Os jogos olímpicos começaram. Essa é a competição mais seletiva do mundo e em que se coloca o maior nível de enfrentamento entre quase todos os países do mundo e, até, entre os que ainda não são países, como é o caso da Palestina. Mas estes jogos, como edições anteriores da historia, estão longe de se só esporte, a política esta bem presente, ainda que os organizadoras queiram mostrar que é um evento neutro.

Primeiramente, os protestos ocorrerão aqui no Brasil desde que a tocha olímpica percorreu quase todo o território. Aconte-cerão inumeráveis protestos con-tra um evento que não traz bene-fício algum para uma população que, além do mais, não pode nem assistir ao evento. Os altos custos dos eventos deixam de fora aos trabalhadores e população que em sua maioria apenas sobrevive em péssimas condições.

Segue presente o Fora Temer

Os meios de comunicação quise-ram ocultar que na abertura dos jogos houve muito claramente uma insatisfação quando o presi-dente Michel Temer inicia oficial-mente os jogos. Em um discurso que apenas durou 10 segundos as vaias foram ouvidas por todo o mundo, obviamente os meios co-locaram esse episódio de descon-tentamento popular em segundo plano. Já sabendo o que poderia acontecer, o Comitê Olímpico Internacional (COI) quebra o protocolo e não anuncia aberta-mente a nem a imagem do presi-dente interino.

As vaias ocorreram porque de certa maneira Temer é visto como um traidor, pois sempre esteve nas sombras do PT, mesmo quando a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida como Sede dos Jogos Olímpicos desse ano. Quem aparece na foto atrás de Lula no momento dessa escolha era, nada mais nada menos, quem hoje representa a ofensiva reacionária para tirar o PT do governo.

O momento politico que passa hoje o Brasil é de ajustes em que há dois planos: um imediato, medido pelas reações populares, e outro, mais perigoso e silencioso, que são as profundas contrarreformas propostas pelo governo em seu trabalho sujo. E, neste sentido, uma das tantas funções das olimpíadas é colocar uma cortina de fumaça no que está por vir.

Um pouco da historia olímpica e sua política

Os jogos olímpicos estão cheios de acontecimentos políticos. Desde os seus princípios ocorrem disputas geopolíticas que vão além do esporte propriamente dito. Um desses casos foi a Olimpíada de Berlin em 1936, usada pelo governo nazista para divulgar sua ideologia. Também há os inumeráveis boicotes dos países envolvidos em conflitos étnicos, raciais e políticos.

Mas o caso mais emblemático ocorreu no México em 1968. Os estadunidenses Tommie Smith e John Carlos, primeiro e terceiro lugar nos 200 metros de atletismo, realizam a saudação Black Panter no momento da execução do hino nacional do pais imperialista. A repressão diante disso foi imediata, foram expulsos dos jogos e proibidos de representar

seu país. Mesmo o australiano, Peter Norman, segundo lugar, sofre as consequências por apoiar o gesto dos estadunidenses.

Então, como vemos, a intervenção política está sempre presente. Para o que servem os jogos então? Em prêmio lugar é uma mostra de supremacia de alguns países, pois além da economia e da geopolítica também o esporte é usado para isso. Demonstra o poder dos países imperialistas para todo o mundo. Através de uma forma sutil, "invisível", "esportiva", dos "valores olímpicos" se reafirma o poder econômico e político instalado em nível mundial. Nos últimos tempos a polarização ocorre entre China e EUA, antes da queda do Muro de Berlim era com a antiga URSS que disputava os EUA, uma continuação da guerra fria através dos jogos. Além disso, a tecnologia é introduzida para provocar mudanças metabólicas para conseguir o extremo do rendimento do corpo humano. Mas além disso, não deixam nada além do exibicionismo das capacidades extremas dos atletas, um ritual que de saudável não tem nada.

Ocorre também as disputas entre as grandes marcas no jogo implacável dos patrocinadores pelos atletas que demonstram alto rendimento. O que, por sua vez, também determina quem vai ganhar e quem vai perder as disputas esportivas. Então nada disso ocorre ao acaso, é muito controlado pelos interesses que vão além do esporte, como já demonstravam os gregos da antiga Atenas.

Hipocrisia olímpica

Em matéria de organização as críticas tampouco são poucas. Há inumeráveis irregularidades, atrasos e inacabamento dos projetos que deveriam estar prontos para

os jogos precedida os jogos. Além dos gastos desnecessários, quem acaba pagando a conta são os trabalhadores, sem falar nos elefantes brancos, conhecidos desde a Copa do Mundo em 2014, estruturas estas que acabam não servindo como "legado" para a população das cidades que sediam estes eventos.

Outro problema é que na abertura dos jogos a sustentabilidade e proteção do meio ambiente foram usados como temas. Uma das grandes mentira, vide o caso da construção de um campo de golfe no mesmo lugar aonde havia uma reserva ambiental. Além disso, durante a passagem da trocha olímpica por Manaus, uma onça pintada que havia sido usada em um evento acabou sendo sacrificada devido a imprudência das forças armadas que tinham a posse do animal. Outra das falidas intenções desses jogos foi a limpeza do ar e da baia de Guanabara. No caso da baia de Guanabara, são despejados 18 mil litros de resíduos sem tratamento por segundo. Guanabara significa em tupi significa "mar do seio", provavelmente devido à antiga abundância de peixes. Hoje. bem diferente de tempos remotos, serve ao Rio de Janeiro como cloaca, lixão e depósito para restos de óleo mineral. A fala do pescador Alex Sandro dos Santos é importante para saber o que ocorre no Rio de Janeiro hoje: "*A gente tinha a esperança de que alguma coisa fosse melhorar com as Olimpíadas, mas nada aconteceu: a esperança é zero.*"

Enquanto isso, fazer política dentro das áreas foi proibido em um Decreto de Dilma que se impõe pelas forças armadas. Os organizadores tentam esconder o descontentamento popular de qualquer maneira, como afirma a declaração o Diretor de Comunicações da Rio-2016 "*se uma pessoa insistir em levantar um placa* (Fora Temer), *será "gentilmente retirado" do local. "Queremos arenas limpas"*".

Por tudo isso, os jogos não são puramente um evento esportivo, mas sim uma plataforma de grandes negócios e uma forma de justificar a dura realidade vivida no Brasil e em todo o mundo pela classe trabalhadora e o conjunto dos oprimidos.

ATO DE LANÇAMENTO DO MAIS: UMA RUPTURA COM O SECTARISMO E A AUTOPROCLAMAÇÃO

Por Antonio Soler

No dia 23 de julho, na cidade de São Paulo, aconteceu o impactante ato de lançamento do MAIS (Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista). Esse evento configurou mais um passo no processo de consolidação da ruptura de um grupo de 739 militantes com o PSTU, representados inicialmente pelo manifesto "É preciso arrancar alegria ao futuro".

O ato de lançamento contou com uma importante audiência, segundo os organizadores cerca de 1200 pessoas, uma diversa participação político-social, representada pela juventude estudantil, mulheres, negros, lgbts e trabalhadores em geral, e a presença de diversas organizações políticas e sindicais.

Estiveram presentes para saudar o lançamento partidos políticos (PSOL e PCB), organizações e tendências sindicais, além disso, o Deputado Estadual pelo PSOL Carlos Giannazzi também se fez presente. Como presença internacional o ato contou com a participação do MAS (Movimento Alternativa Socialista) de Portugal.

As falas dos representantes da nova organização durante o ato refletiram os pontos principais do Manifesto. Vamos utilizar aqui uma nota feita pelos próprios companheiros sobre o ato, pois reflete bem o conteúdo político principal do evento .

Segundo os companheiros, a nova organização "já aprovou a campanha pelo Fora Temer, e a participação nos atos e protestos contra o ajuste fiscal e a reforma da Previdência. 'Vamos unir forças para tirar esse governo. Mas não para que Dilma volte. Queremos eleições gerais já, com novas regras', declarou Silvia Ferraro, representante da nova organização".

Seguindo Ferraro, o eixo político de todas as intervenções dos dirigentes do MAIS foi no sentido de que o impeachment de Dilma tem base em um movimento reacionário de direita e que o centro político hoje é lutar pelo Fora Temer, Eleições Gerais e pela construção de uma Frente de Esquerda. Além de romper com o absurdo do "Fora Todos" no atual contexto, esses companheiros rompem também com autoproclamação do PSTU, pois afirmam que irão construir e participar de atividades de unidade de ação que tenham como eixo a luta pelo Fora Temer e contra os ajustes neoliberais do governo.

Do ponto de vista da recomposição da esquerda socialista fazem também uma importante inflexão. De acordo com André Freire, da coordenação nacional do MAIS, "não acreditamos que o movimento que fundamos hoje se basta em si mesmo(...)Somos apenas como um pólo, que vai atuar na luta dos trabalhadores e para reagrupar a esquerda socialista". Como podemos ver nesse fragmento e em outros, os companheiros afirmam que não se consideram como os únicos revolucionários, que irão buscar o diálogo entre os revolucionários e que estão lançando um movimento por uma nova organização revolucionária que não é um fim em si mesmo.

Para nós, a resolução de reagrupar a esquerda socialista é, sem dúvida, a mais importante e de maior responsabilidade da nova organização, pois coloca a possibilidade real, pela envergadura com a qual surge a nova organização, de darmos passos concretos para a recomposição do marxismo revolucionário no Brasil - e na América Latina -, o que pode ter um peso não apenas conjuntural, mas uma importância histórica se conseguirmos levar essa tarefa a cabo.

APOSTAMOS NA RECOMPOSIÇÃO DO MARXISMO REVOLUCIONÁRIO

Após as falas dos dirigentes do MAIS houve saudações de várias correntes políticas presentes no ato. Em nossa saudação, feita pela companheira Rosi Santos, reafirmávamos que o surgimento do MAIS é um acontecimento político que transcende aos próprios envolvidos, saudamos a disposição de retomada crítica dos clássicos para a reelaboração teórica e programática e, também, a ruptura com o sectarismo e autoproclamação do PSTU. Por fim, nos colocamos na mesma trincheira da luta pelo fora Temer, contra suas medidas reacionárias, por eleições gerais e pela construção de uma Frente de Esquerda Socialista.
Sabemos que os companheiros do MAIS estão em um processo inicial de construção, no qual muitas questões estão por se resolver, e que recém iniciam a revisão crítica sobre as inércias teóricas e políticas presentes na LIT e no PSTU. Além disso, questões de orientação político-construtiva, como a intervenção da CSP-Conlutas, a relação com o PSOL, como atuar diretamente frente às demais organizações, estão por se resolver e demandam tempo de discussão e consumação. No entanto, consideramos que pelos acordos políticos apresentados até agora sobre as tarefas nacionais, pela perspectiva real de diálogo e colaboração em torno de uma reflexão coletiva sobre as lições políticas e teóricas do século XX, podemos dar passos no sentido de iniciarmos uma colaboração teórica e política.
Desta forma, propomos aos companheiros o intercâmbio de elaborações teóricas e estratégicas, a realização de campanhas políticas em torno de temas fundamentais para a disputa política com o reformismo, como o aniversário dos 100 anos da Revolução Russa, por exemplo, e a ações conjuntas em torno de temas candentes da luta de classes, como a luta pelo Fora Temer e formação da Frente de Esquerda. Tudo isso, dotados de paciência revolucionária e com vistas a darmos passos sinceros e efetivos no processo de reorganização do trotskismo no Brasil, na América Latina e no mundo.

Encontra-nos em:

BLOG: http://praxisbr.blogspot.com.br/

FACEBOOK:

- Socialismo ou Barbárie - SoB

- Já Basta

Pagina: http://www.socialismo-o- bar barie.org/

É preciso lutar contra a extinção do MDA

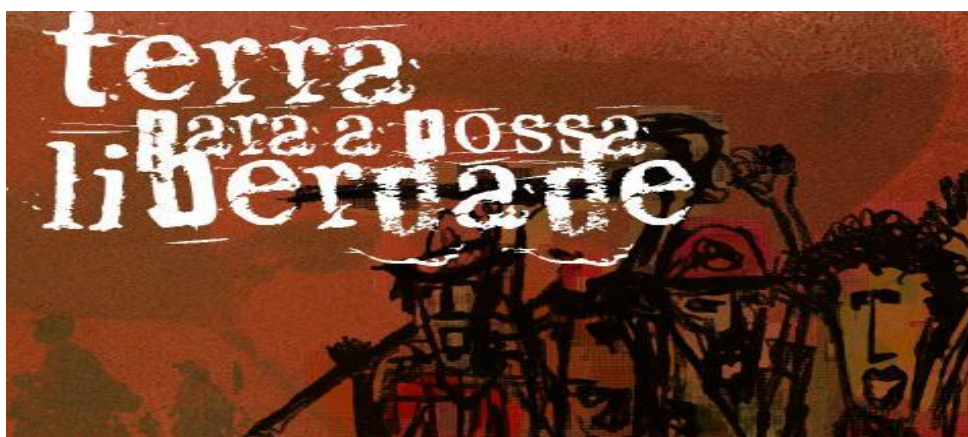
Por Gustavo José

Com a luta dos camponeses brasileiros, ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), foi criado em 1999 o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com objetivo de atuar no atendimento a agricultura familiar e fomento a reforma agrária. Na última década o Ministério ainda que bastante precarizado sem funcionários que respondessem a demanda, estrutura nas Delegacias Estaduais e recursos bem inferiores ao Ministério da Agricultura da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) conseguiu organizar algumas políticas públicas para o campesinato brasileiro.

O governo do presidente interino Michel Temer (PMDB) decidiu logo após subir ao Palácio do Planalto extinguir o MDA, dentre outros Ministérios, e fundiu a pasta com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), alijando assim todo um trabalho com um enorme contingente do campesinato brasileiro. Neste contexto as entidades ligadas aos agricultores familiares, trabalhadores rurais, extensionistas rurais, entre outros atores que atuam no setor rural vem protestando contra este medida que afronta a soberania dos povos do campo.

O MDA era responsável pela condução de programas de crédito rural (Pronaf, Garantia Safra, Seguro Rural), de comercialização da agricultura familiar (PAA, PNAE, PGPAF), de reordenamento agrário e crédito fundiário, dos territórios da cidadania, incentivo a leitura nas comunidades rurais através da Arca das Letras, de promoção da agroecologia e tantas outras ações que fomenta o desenvolvimento rural sustentável.

Os trabalhadores que atuam na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) assistem com apreensão este momento de extinção do MDA, pois era através de contratos com as Empresas públicas estaduais que prestam este serviço, vinham conseguindo custear suas despesas, já que os Governos Estaduais a cada ano diminuem o repasse para manter as ações no dia a dia.

É preciso que os movimentos sindicais e sociais (MTS, CONTAG, FETRAF, entre outras), e toda a sociedade brasileira encampe a luta pela volta do MDA pois a agricultura familiar brasileira é responsável em boa parte pelo alimento saudável que chega na mesa da população, logo necessitam de um atendimento diferenciado que ofereça condições para sua permanência no campo.

“27 anos da queda do Muro de Berlim”

Ale Kur e Roberto Sáenz, tradução de Renato Assad

“O colapso do stalinismo na Europa Oriental e o fim da URSS trouxeram o fim do domínio histórico sobre a classe trabalhadora, e que finalmente esta venha a ter a possibilidade de se reconstruir ou se refundar sobre novas bases, socialistas e revolucionarias. O desafio é então, é não cair no derrotismo, senão reformular um projeto revolucionário que, apoiado na premissa marxista de que “a libertação dos trabalhadores deve ser obra dos mesmos”, esteja à altura das suas necessidades e coloque nossa corrente sobre uma nova perspectiva estratégia.” (Construir outro futuro, 2000).

Quando os meios de comunicação ao longo do mundo desenterram seus velhos “discursos da vitória” do final da Guerra Fria, é importante fazer algumas análises.

Em primeiro lugar, não caiu “o comunismo” tampouco “o socialismo”. Marx (Lenin e Trotsky) definia o comunismo ou socialismo como uma fase da história em a que a humanidade já teria conseguido abolir as classes sociais e os aparatos opressivos do Estado. Isto sobre a base de uma máxima expansão do bem estar material e cultural de todos os indivíduos, associado simultaneamente ao máximo progresso técnico (que permite abolir o esforço laboral e conquistar o máximo tempo livre). É a sociedade quem deve tomar em suas mãos os assuntos políticos.

Está claro que a humanidade nunca chegou a este estágio, nem sequer uma parte do mesmo. Isto para além do fato de que houve a expropriação dos capitalistas em um terço do globo, abrindo uma possibilidade histórica emancipadora, fato que a classe operária não pode aproveitar em seu primeiro embate durante o século passado.

Em segundo lugar, o que caiu não eram também “Estados Operários” nem, muito menos, “ditaduras do proletariado”. A classe operária da Europa Oriental e da Rússia não tinha nem um miligrama do poder político. No caso da segunda, desde a década de 1930 com seus expurgos sangrentos simbolizados pelos “Julgamentos de Moscou”. Podemos discutir quão atrás se remonta isto, assim como recordar que nos países do leste europeu (aonde se expropriou os capitalistas após o fim da Segunda Guerra Mundial) a classe operária nunca deteve o poder.

O poder estava nas mãos de uma casta de burocratas que viviam como privilegiados. A classe operária não deixou de ser explorada economicamente, embora por intermédio de relações e mecanismos distintos aos do capitalismo. A burguesia havia sido expropriada, uma conquista imensa. Porém, os meios de produção não ficaram sob o controle dos trabalhadores. Isto deu lugar aos privilégios crescentes da burocracia. A desigualdade social e cultural entre o operário e o burocrata se via crescente; Christian Rakovsky explicava isso em um texto tão iniciante como brilhante: “Quando uma classe social tomar o poder, é uma parte dela a que se torna seu agente. É assim que surge a burocracia. Em um Estado socialista onde a acumulação capitalista está proibida aos membros do partido dominante, a diferenciação que começa pelo funcional acaba por ser social” (Os perigos profissionais do poder). Este texto escrito ao final dos anos 20, apresentaria muitas das tendências que iriam se fazendo evidentes na ex-URSS nos anos seguintes e conduziriam a um lugar muito distinto ao do socialismo.

Seguindo os passos de seu querido amigo, León Trotsky escrevia A Revolução Traída, outro texto brilhante que pela primeira vez abordava globalmente o fenômeno imprevisto da burocratização da maior revolução operária da história.

Em todo caso, se em algo eram superiores estes regimes aos ocidentais, era porque se tinha a propriedade estatizada. Isto permitiria utilizar uma parte dos recursos socialmente produzidos para evitar que um setor considerável da população caísse abaixo da linha da miséria, a expansão dos serviços sociais para toda a população e o desenvolvimento de forma planejada das forças produtivas da sociedade (planejamento que, de todas maneiras, ao ficar nas mãos da burocracia, se transformaria em fonte

de acumulação burocrática e de novas formas de irracionalidade econômica). Se impunha, ao mesmo tempo, uma forte pressão aos Estados Ocidentais para que fizessem o mesmo, sendo a base objetiva dos "Estados de bem estar" capitalistas.

De qualquer maneira, o que caiu em 89 foi um conjunto de regimes burocráticos, a maioria dos quais haviam sido impostos desde cima por um Exército Vermelho burocratizado intensivamente depois da Segunda Guerra Mundial (com o agravante de se constituir sobre a opressão às nacionalidades não-russas). Nenhum deles contava com o apoio majoritário da população, muito menos um apoio cativo ou protagonista. Só na URSS o regime havia sido produto de uma revolução operária e popular genuína, e neste caso havia sido usurpada há muito tempo pela burocracia. É por isso que nos países do Glacis (Europa Oriental), a classe trabalhadora não só não defendeu o "Muro de Berlim", mas também foi parte ativa da derrubada destes regimes que não consideravam seus, ao contrário, hostis; se tratou, assim, de uma mobilização subjetivamente imatura, mas enormemente progressiva.

O Muro de Berlim por si próprio era uma atrocidade que separava artificialmente uma nação, dividindo famílias e grupos sociais. Nem de um lado do Muro nem do outro, os trabalhadores e o povo foram consultados sobre a divisão da Alemanha. Tanto na parte Oriental como na Hungria e Checoslováquia os tanques soviéticos haviam esmagado os movimentos nacionais, sociais e democráticos das massas operárias e estudantil nas décadas anteriores.

As condições de opressão que se vivia no Leste, combinado com uma já perceptível e crescente deterioração no nível de vida, detonaram uma mobilização democrático-popular de massas que derrubou abaixo o Muro de Berlim assim como todos os regimes ditatoriais, tanto nos países do Leste europeu como na antiga URSS.

Essa queda da burocracia estalinista (ou pós-stalinista) foi um triunfo democrático. Mas a falta de uma alternativa socialista real, a não valorização da propriedade estatal como uma conquista (devido ao fato de que os trabalhadores não administravam e nem usufruíam!), a falta de elementares liberdades democráticas, além do espelho da "prosperidade" ocidental, fizeram com que estes processos fossem facilmente levados ao retorno do capitalismo: "Enquanto os 'ossis' - conforme se apelidava a quem vivia na Alemanha Oriental - conduziam seus rudimentares Trabant, vestiam roupas tristes e de péssima qualidade e bebiam refrigerante sem marca, seus vizinhos, 'wessis', bebiam Pepsi, usavam jeans Levi's e dirigiam BMW" (Luis Corradini, La Nación, 06 de novembro de 2014).

As mesmas antigas burocracias das "republicas soviéticas" trabalharam para o retorno do capitalismo em conjunto com a propriedade privada, isso quando avaliaram que era necessário mudar o rumo como produto da catástrofe econômica e a crescente rejeição das distintas nacionalidades à opressão por parte da antiga URSS.

O capitalismo foi restaurado por parte de uma oligarquia que quis se transformar de "proprietária do Estado" ("a burocracia tem ao Estado como sua propriedade", falava Marx parafraseando Hegel) em direta proprietária de empresas capitalistas, o fizeram sobre a base de uma "terapia de choque" que os neoliberais recomendaram para esmagar rapidamente a resistência popular. Em todo caso, para a classe operária e para a juventude das "democracias populares", não havia outra alternativa porque não viam a possibilidade de outra saída para a crise. Esse vazio de alternativas é o que caracterizou a restauração capitalista e permeou todo um ciclo histórico marcando os limites de uma consciência popular que já não se forjava na luta contra o capitalismo, forjando então um luta contra o "Estado socialista" (outro agudo ponto antecipatório de Rakovsky).

O ano de 1989 significou então a cristalização -o salto na qualidade- de uma situação histórica: o esgotamento irreversível do estalinismo e dos regimes burocráticos, tanto nos seus aspectos econômicos como políticos, sociais e culturais. Uma onda de rebeliões populares varreu os países do Leste europeu: nenhum dos regimes derrubados era reivindicável, nem possível de se sustentarem historicamente. O mesmo se pode dizer do regime na URSS, que cairia dois anos mais tarde.

Se isto significou, simultaneamente, um triunfo para o capitalismo, foi como produto de fenômenos anteriores que foram se processando no tempo: a derrota da classe operária russa datava dos anos 30. E houve uma espécie de efeito retardado, como o mecanismo de uma bomba relógio: uma derrota que se fez visível, em seus dramáticos alcances, apenas meio século depois. Algo similar havia ocorrido com as classes operárias do Leste: Berlim 1953, Hungria 1956, Checoslováquia 1967/68 e Polônia 1956, 1970 e 1980 foram as datas em que o proletariado se levantou contra a opressão burocrática e acabou derrotado pelos tanques stalinistas. Isto impediu o amadurecimento de uma alternativa da parte da esquerda proletarizada, conjuntamente com o fenômeno já mostrado de que a pro-

priedade estatal dos meios de produção não foram percebidas (porque não eram!) como própria.
Uma verdadeira crise de alternativas se abriu, crise que se alonga até os dias de hoje. Porque se no longo prazo a queda do estalinismo foi tido como um fenômeno emancipador, no curto e médio prazo foi reconduzida pelo capitalismo como um triunfo sobre as perspectivas históricas da classe operária, a perspectiva de colocar de pé outro regime social. A história pareceu assim "concluir". Porém, os efeitos simultâneos da crise econômica capitalista e a crise da hegemonia americana, somadas às rebeliões populares, colocam as coisas em um novo terreno: de um recomeço da experiência histórica dos explorados e oprimidos.
Na sua cobertura jornalística do aniversario da queda do Muro, Luisa-Corradini da uma definição muito aguda do tempo presente: fala das "promessas não cumpridas do novo amanhecer" que supostamente havia significado a queda do Muro, agregando: "Um quarto de século depois não é preciso ser um ideológico de esquerda ou de direita para reconhecer que o mundo ocidental possuí sérios problemas".
Tampouco implicou numa melhoria das condições de vida das massas nestes países. Ou pelo menos não categórica e homogenia, se não que abriu a porta a um retrocesso pela via da restauração capitalista, onde todas as promessas liberais resultaram ser "espelhinhos de cor": Europa Oriental continua sendo a parente pobre da Europa Ocidental, e sua fonte de recrutamento de mão de obra barata. As privatizações e ajustes destruíram as redes de segurança social, tanto no Leste quanto no Ocidente, deixando milhões de seres humanos na intempérie. A fragmentação geopolítica abriu a caixa de Pandora dos enfrentamentos Inter étnicos, religiosos, etc.
Dito o anterior, é preciso apontar que a queda de Muro de Berlim não pode ser considerada como uma tragédia histórica (como fazem os nostálgicos do estalinismo e do terceiro-mundismo nacionalista burguês). O Muro tinha que cair porque sua função era unicamente opressiva e seu objetivo era sustentar o insustentável: o contraste do nível de vida entre a RFA (Republica Federal Alemã) e da RDA (Republica Democrática Alemã) apontado como inviável o projeto desta ultima. A menos que este processo tivera sido parte de um verdadeiro processo revolucionário, da extensão da revolução socialista ao resto da Europa, porém foi algo que nunca ocorreu. Foi, melhor dito, a imposição de uma transformação desde cima sobre uma população nativa derrotada depois do desastre do nazismo: "Diametralmente oposta à uma verdadeira revolução é o caso da antiga RDA: um verdadeiro 'engendro histórico'. É que nela não se teve nenhum tipo de revolução. As mudanças foram forçadas pela presença do Exército Vermelho stalinista. Está claro que o debate não é simples. Se derrotou ao invasor imperialista alemão. Porém nenhum tipo de socialismo pode surgir na ponta de pistola de um exército que não deixava de ser, em grande medida, de ocupação" (Lashuellas de la historia", Roberto Sáenz, www.socialismo-o-barbarie.org).

1989 implicou no começo de um novo ciclo histórico onde a consciência das novas gerações tem que remontar a herança deixada por 60 anos de deseducação burocrática. Corrupção da consciência política socialista que substituiu os ensinamentos revolucionários do século XIX, das primeiras décadas do XX, a onda revolucionaria do século XIX, etc., por um conjunto de teias mentais, expressadas no culto ao opressivo, no fetichismo do aparato, da substituição do sujeito revolucionário na abordagem antisocialista de "dar para a sociedade o menos possível e tirar dela o que mais se consiga" (Lenin).
Porém, o ano de 1989 implicou (e implica) também uma oportunidade: a oportunidade de começar a educar a vanguarda operária e jovem na verdadeira perspectiva do socialismo, em recuperar as tradições revolucionarias autenticas as atualizando segundo o mundo em que vivemos hoje e as lições das experiências passadas. Processo que se está vivendo hoje lentamente com a acumulação de experiências das atuais rebeliões populares, dos "indignados" dos distintos países, da jovem geração operária que vem tomando espaço (de forma fragmentada) na cena política.
É o que se está expressando, como tendência histórica, na acumulação das correntes socialistas revolucionares, quer dizer, do trotskismo, que em nosso país se ganhou um lugar hegemônico indiscutido entre a vanguarda operária e a jovem.
Aí está a semente do futuro, o único que pode tirar o mundo do atoleiro que que conduz o capitalismo, em meio da lenta dissolução da velha ordem mundial que precede a reabertura de uma época de grandes crises, guerras e revoluções.

Marxismo, anarquismo e transição ao socialismo

Por Roberto Sáenz, tradução de José Roberto

O retorno de um debate

"Não digam que o movimento social exclui o movimento político. Jamais haverá movimento político, que ao mesmo tempo, não seja social. Somente em uma ordem de coisas na qual já não existam classes e contradições de classe, as evoluções sociais deixarão de ser revoluções políticas "(Karl Marx, Miséria da Filosofia).

A propósito de nossa recente estadia em Barcelona para as tarefas de colocação em pé de nossa corrente na Europa, e a partir do debate com jovens militantes acerca das distintas tradições do movimento socialista, nos ocorreu escrever uma série de notas para aclarar as relações entre o marxismo e o anarquismo. Nesta primeira, nos dedicaremos à abordagem geral de marxistas e anarquistas sobre a transição ao socialismo e aos ensinamentos deixados a respeito pelo século passado.

Os pecados do movimento socialista

A priori, se supõe que tanto anarquistas como marxistas são socialistas: compartilham o objetivo geral de acabar com a exploração do homem pelo homem. No entanto, desde que o movimento socialista se organizou na I Internacional, ambos os movimentos se dividiram em relação às vias para acabar com o capitalismo e avançar ao socialismo.

Isto continua até hoje, um século e meio depois, numa apreciação diferente do balanço da luta de classes do século passado. A burocratização da Revolução Russa, a degeneração do primeiro estado operário na história da humanidade, o apodrecimento completo do Partido Bolchevique além de outros avatares na luta de classes do século XX, parece haver dado argumentos "anarquistas" a alguns setores da juventude, sobretudo na Europa.

Um século atrás Leni havia definido que o anarquismo expressava, até certo ponto, uma espécie de "expiação" dos pecados oportunistas da socialdemocracia (reformismo, eleitoralismo, giro social patriota) [1]. Dizia isto em O Estado e a Revolução, onde assinalava como ambos os movimentos compartilhavam (ou deviam compartilhar!) da vocação por acabar com o Estado.

No entanto, isso não significava que o caminho do anarquismo fora correto. Pelo contrário: foram Lenin e os bolcheviques os que "salvaram a honra do socialismo internacional" (como dissera Rosa Luxemburgo), dando lugar à primeira ditadura do proletariado na história: a superação prática da bancarrota social democrática.

Hoje, quando emerge uma nova geração lutadora e retorna o debate estratégico, poderíamos dizer algo similar a respeito do "espírito anarquista" imperante em determinados setores: expressa uma espécie de expiação dos pecados burocráticos do estalinismo; pecados que transformaram em palavra a ser repudiada a ideia mesma de ditadura do proletariado, de Estado operário, de partido, de política, etc...

Que estes pecados hajam existido é o que lhe dá relativa força e "justificação" ao anarquismo (em alguns países), o que de nenhuma maneira significa que haja logrado avançar um milímetro em encontrar respostas reais aos problemas colocados pela burocratização das revoluções do século XX.

Ocorre que por mais poses que se assumam, por mais que se queiram os fins "aqui e agora" ("ao anarquismo não lhe gosta esperar", dizia agudamente Preobrajenski), a passagem ao socialismo seguirá sendo um processo que não pode ser declarado sem mais explicações; a dissolução de todo o estado é o oposto a um ato de mera vontade, é uma tarefa que compreenderá toda uma experiência histórica de transição entre a sociedade de classes de hoje e o futuro comunista sem elas [2].

Daí que a tarefa estratégica seja passar a experiência do século passado por um consciencioso balanço que permita tirar as lições do caso, as que a nosso ver servem melhor para reafirmar de maneira enriquecida os ensinamentos gerais do marxismo revolucionário, e não para alimentar uma recaída no pensamento anarquista, o que seria um retrocesso em relação a questões já bem resolvidas pelo movimento revolucionário[3].

Mas ocorre que no momento mais crucial da luta de classes na história espanhola, a guerra civil de 1936/39, suas desgraçadas teses e problemas não resolvidos terminaram arrastando-o à uma ignominiosa capitulação: seu ingresso no governo burguês republicano, acabando como um peão do estalinismo[4].

Outrossim, marxistas revolucionários e anarquistas compartilhamos uma veia revolucionária, mas os limites destes expressam uma imaturidade congênita no que tem a ver com os meios para chegar aos fins (o comunismo), no que faz a aprendizagem concreta das experiências revolucionárias do século passado.

O que fazer com o Estado

Existe um elemento que une todos os temas do anarquismo e tem a ver com o conceito de Estado: os anarquistas rechaçam toda forma de Estado, toda forma de governo, toda centralização: "Para os anarquistas o inimigo é o Estado", diz o autor anarquista inglês Colin Ward (Anarquismo. Una breve introducción, Enclave, Madrid, 2019, pp. 12).

Mas há algo profundamente idealista no enfoque anarquista na medida em que o Estado, por si só, não é uma relação primária mas secundaria: se deduz da desigualdade de classes e se extinguirá na medida em que suma todo traço de exploração do home pelo homem: "(...) não é o Estado quem origina divisão da sociedade em classes, mas ao contrário, são a divisão em classes e a desigualdade econômica as que originam a aparição do Estado como organização dos exploradores" (Anarquismo y comunismo, Evgeni Preobrajensky, Centro de Estudios Socialistas, México, 2011, pp. 24[5]).

Que se entenda bem: marxistas e anarquistas temos um ponto em comum a respeito do Estado, queremos atirá-lo á lixeira da história. Mas o que nos diferencia profundamente são as vias para alcançá-lo. O anarquismo pretende resolver as candentes questões que se colocam na passagem de uma sociedade de exploração para uma onde impere a mais ampla liberdade e igualdade (o comunismo), sem as dores de parto de uma complexa transição que torna impossível se chegar com todas as condições herdadas.

Os anarquistas querem abolir o Estado por decreto. Os marxistas ficaríamos encantados com isso, mas é impossível: toda a experiência histórica demonstra que o Estado burguês tem que ser destruído para abrir espaço às transformações revolucionárias. Mas em seu desen-

volvimento é necessário por em pé um Estado dos trabalhadores, uma ditadura do proletariado: uma democracia socialista como forma de poder dos trabalhadores.

E recordemos que desde Lenin se deve falar – como o atesta ademais toda a experiência da burocratização das revoluções no século passado – de um "semiestado" do proletário, no sentido de que a ditadura do proletariado é o império das mais amplas massas sobre a minoria de ricos e privilegiados: a classe trabalhadora organizada como classe dominante. Uma democracia de novo tipo aonde o exercício do poder corresponde à maioria, e uma ditadura de novo tipo aonde a que sofre a dominação é a minoria de privilegiados.

A experiência histórica tem demonstrado que não se pode abolir o Estado numa penada, não se pode acabar com ele em um só "gesto". Mas, que o Estado proletário represente a maioria explorada e oprimida em oposição à minoria privilegiada, é um progresso histórico imenso até a abolição de todo tipo de Estado.

Em última instância, todo o processo da transição tem este conteúdo: que até a última cozinheira aprenda a dirigir a sociedade. E levá-lo a cabo requer, como -condição, o desenvolvimento das forças produtivas, criando as condições materiais para libertar à sociedade das cadeias da necessidade: "Tansportar-se com o pensamento até este futuro, clareá-lo às massas como um fim natural para seu próprio avanço, se pode e se deve; mas considerar as etapas como algo irrelevante e supérfluo significa perder o tempo em charlatanices baratas e fantasiosas, em lugar de empregá-lo na luta efetiva pela realização prática das relações comunistas" (Preobrajensky, ídem).

Diante deste processo, na medida em que a "sociedade política" não pode ser reabsorvida de todo ainda na "sociedade civil", se deve levantar o Estado proletário, a ditadura do proletária: o governo de direções crescentes dos trabalhadores a acaminho da liquidação das classes e de toda a forma de Estado.

A outra até a cristalização burocrática de um setor separado que vá adquirindo privilégios e que ao final dará ligar ao retorno ao capitalismo, ainda que eventualmente passando pela experiência (inesperada) do Estado burocrático, tal qual se observou na ex URSSenas revoluções anticapitalistas da segunda pós-guerra, o que indicou, na realidade, um desenvolvimento de "três vias": a volta ao capitalismo passou pela "parada intermediária" do dito Estado burocrático.

Em todo caso, a experiência de que a ditadura do proletariado deva ser um semi-estado dos trabalhadores expressa a tendência (que deve verificar-se na transição) à assumção de tarefas por cada vez mais amplos setores dos explorados. Se trata de uma das lições mais importantes do século passado, ensinamento que estava contida em O Estado e a Revoluçãoe que foi reafirmada por Trotsky em A Revolução Traida, que contém todo um capítulo dedicado a analisar as relações "inversas" entre o socialismo e o Estado: o progresso até o socialismo deve dar lugar à diminuição progressiva do Estado (enquanto "aparato especial" apartado da sociedade).

NOTAS

[1] De toda as maneiras, não devemos esquecer que a I Guerra Mundial levou também à bancarrota conhecidos dirigentes anarquistas como Piotr Kropotkin, que caiu em uma posição social patriota escandalosa similar a de muitos dirigentes socialistas reformistas.

[2] Deixemos anotado desde agora que Pierre Naville gostava de falar de "dissolução" do Estado para dar-lhe uma voz mais ativa à tarefa que a mera expressão "extinção" do Estado (colocação que podia dar lugar a uma abordagem demasiado passiva da questão). De toda maneira, está claro que a dissolução de todo Estado (inclusive o proletário) segue sendo uma tarefa a ser assumida ao largo de uma experiência histórica, por oposição à impraticável ideia anarquista da "abolição" do mesmo, o que não passa de um esquema idealista sem bases materiais para ser levada a cabo. (Voltaremos a isto oportunamente).

[3] Nos referimos com isso ao "diálogo" entre marxismo e anarquismo que parecem estar ensaiando dirigentes majoritários da IV Internacional mandelista, que sob todas as luzes aparece como uma concessão ao anarquismo em que todos os aspectos essenciais (ver "Respuesta Rene Berthier", Besancenot y Löwy, El anticapitalista, n° 75).

[4] No ponto culminante do enfrentamento entre revolução e contrarrevolução dentro do campo republicano, o levantamento em Barcelona, em maio de 1937, a direção anarquista chamou a dá-lo como terminado quando, pela segunda vez consecutiva em doze meses, se poderia ter tomado o poder na cidade.

[5] Trata-se de um folheto educativo de Preobrajenski que se ressente um pouco pela falta de ângulo acerca do incipiente processo de burocratização da URSS.

[6] O federalismo é outro conceito chave do anarquismo por oposição à ideia centralista do Estado defendida pelo marxismo. Sumariamente digamos que desde o ponto de vista marxista, a centralização estatal é um critério chave na gestão da sociedade de transição (não se pode dirigir uma sociedade com vários centros em competição!); o que não quita, ao mesmo tempo, que como critério principista marxismo revolucionário haja tomado a ideia federalista para os efeitos da autodeterminação das nações oprimidas (ver a posição de Lenin a respeito da conformação constitucional da ex URSS em começos dos anos 20 e sua luta contra os burocratas "gran russos" encarnados já por Stalin).

[7] O dos preços (e do dinheiro que lhe é concomitante!) na economia de transição é um tema muito complexo que corresponde abordar aqui; reenviamos ao intento que fizemos de análise do tema em nosso trabalho "La dialéctica de latransición. Plan, mercado y democracia obrera". Em www.socialismo-o-barbarie.org.

[8] Atenção que isto não quita que se mantenham formas de emulação socialista, expressões de "sâ competição socialista", as que tem a ver não com a afirmação de um interesse egoísta ou corporativo, mas, com uma forma de "auto-superação" vinculada à melhor realização de uma tarefa que sirva ao bem coletivo.